

Uma agenda negativa

MARIA DA CONCEIÇÃO
TAVARES *

Reduzir o tamanho do Estado e dismantlar as instituições clássicas de proteção e intervenção econômica e social é um objetivo comum ao estágio atual das políticas de ajuste estrutural na América Latina, nós apenas fomos os últimos e por isso temos pretensões de ir mais rápido. O problema do que pôr no lugar, isto é das novas instituições públicas, não está sequer equacionado.

A política antiinflacionária destina-se a derrotar a inflação mas não a assegurar estabilidade. A abertura econômica abrupta, a sobrevalorização cambial e os altos juros buscam segurar os preços a qualquer custo, mas instabilizam as demais variáveis macroeconômicas (nível de atividade, consumo, investimento e balanço de pagamentos) e dismantlam parte da indústria e da agricultura sem torná-la mais competitiva.

Estas políticas negativas têm como resultados globais três tendências difíceis de reverter: a primeira são os desequilíbrios potenciais do balanço de pagamentos em transações correntes, associada a uma segunda que é uma crise fiscal permanente. A terceira tendência é o desemprego estrutural que está envolto na destruição dos aparelhos produtivo e do Estado.

O balanço de pagamentos tem sido financiado pela entrada de capitais especulativos de curto prazo e pelo endividamento excessivo e financeiramente atraente do comércio exterior. São tendências difíceis de manter, descontados os efeitos de uma conjuntura recessiva, para um nível razoável de crescimento da demanda interna. O endividamento externo é um caminho conhecido na história deste país desde o Império até a República, mas, a médio prazo, termina sempre em crise cambial, desvalorização da moeda e crise financeira do Estado.

A crise fiscal do Estado é a segunda tendência estrutural. Para manter um endividamento externo (privado ou público) capaz de fechar o balanço de pagamentos e aumentar as reservas, o Banco Central sobe a taxa de juros violentamente e emite dívida pública interna, em ritmo crescente, que termina produzindo um déficit público de natureza financeira cujas consequências finais também são conhecidas: uma crise fiscal galopante e uma desvalorização da dívida pública. Um exemplo recente é a política Collor, outro atual, a dívida dos estados.

A novidade da atual estratégia é que se propõe dismantlar o setor produtivo estatal estadual lucrativo (privatizações das boas estatais de energia e comunicações) e sucatear ainda mais o setor público de interesse social (saúde, educação e infraestrutura). Para as empresas já sucateadas a regra é: desempregar, passar os passivos incobráveis para União e obter novos empréstimos do BID ou do Banco Mundial para cobrir parte das despesas de reestruturação. O caso recente da Rede Ferroviária é ilustrativo porque vamos pedir US\$ 300 milhões para financiar as despesas com a dispensa de funcionários. Sabemos que o keynesianismo do pleno emprego e o desenvolvimentismo estatista estão mortos, mas também não precisava exagerar.

Finalmente chegamos ao terceiro resultado estrutural desta política negativa: o aumento brutal do desemprego em nome da eficiência e do mercado. Além do desemprego do setor público, que é considerado salutar, tem sido muito badalado o componente tecnológico do desemprego. Este, no entanto, é ainda incipiente e limita-se ao ajuste microeconômico, proces-

so pelo qual pouco mais de 1.000 empresas estão realmente em condições de se manter na competição internacional desenfreada. As demais empresas, dada a escassez de financiamento interno compatível com o longo prazo estão liberando mão-de-obra que não pretendem nem podem manter por razões que nada têm a ver com o progresso técnico. Não por coincidência, os setores que historicamente mais contribuíram para o emprego de mão-de-obra não qualificada (como a construção civil) são os que mais desempregam.

Finalmente, a abertura econômica está produzindo um grau de desindustrialização *lato sensu* que se traduz em menor coeficiente de valor agregado gerado por unidade exportada, com redução mais do que proporcional do volume de emprego por unidade de produção. Cadeias produtivas inteiras estão sendo rompidas e a dessubstituição de importações caminha a pleno vapor, com o correspondente desemprego estrutural.

Notem que não estou me referindo à terceirização uma tendência moderna das grandes organizações empresariais para se ver livres das flutuações de demanda e dos ônus do mercado regular de trabalho com carteira assinada. Portanto não se trata

de informalização ou flexibilização do mercado de trabalho, consigna tão cara aos liberais de todos os matizes. No Brasil há muitas décadas que os homens livres tinham dois destinos: a marginalidade e a servidão dos serviços pessoais ou da corte (fosse ela imperial ou republicana). Afinal a liberdade e flexibilidade do nosso mercado de trabalho, bem como o

clientelismo e o nepotismo, são chagas típicas do subdesenvolvimento. Só que agora o custo unitário do clientelismo subiu e destina-se aos universitários de boas famílias sem perspectivas fáceis de emprego no Estado, nas empresas familiares ou no sistema financeiro.

Com uma oferta de trabalho, qualificado ou não, que aumenta em média 2,8% ao ano (por causa dos efeitos retardados de crescimento da população de 20 anos atrás, do aumento da escolarização de nível universitário e do aumento da participação feminina) as tendências ao desemprego são dramáticas com qualquer taxa de crescimento do PIB e a qualquer nível de incorporação do progresso técnico. Não é portanto aconselhável agravá-las destruindo aceleradamente empregos e postos de trabalho ainda existentes.

Com estas políticas negativas não nos espera apenas a barbárie tecnológica mas o barbarismo geral. Das tribos africanas às tribos de brancos *desclassados*, filhos da ex-classe média, estamos acumulando rapidamente as tensões de quatrocentos anos de história conduzida por elites predatórias ou cosmopolitas que não vêem um palmo adiante do nariz e correm desabaladamente em busca de uma modernidade que terminava, para poucos, no portão de sua casa, da sua fábrica, do seu banco ou da sua fazenda. Agora, dada a insegurança generalizada, que atravessa as próprias paredes ou grades de proteção, mesmo esses poucos, não encontram mais amparo seguro nos contatos privilegiados no interior dos vários aparelhos de Estado, todos em processo de dismantlamente agudo. Quem sabe não está chegando a hora da construção de uma nova "agenda positiva"?!

